

NÃO-SER E DISCURSO NO CRÁTILLO DE PLATÃO

NON-BEING AND DISCOURSE IN PLATO'S CRATYLUS

CÁSSIO MERCIER RAMOS¹

RESUMO: O Crátilo é frequentemente considerado como uma das primeiras tentativas de compreender o fenômeno da linguagem dentro de uma perspectiva filosófica. A verdade é que a temática de uma busca pela correção dos nomes já estava prefigurada em pensadores como Pródico, Protágoras e Górgias. Este artigo tentará analisar estas posições na forma com que influenciam a construção que Platão faz em seu diálogo, a fim de melhor compreender sua problemática e contribuição final. Para tanto, será feito um esforço de reconstruir a discussão sobre a linguagem até Platão evidenciando os pontos que mais interessam ao Crátilo e, posteriormente, um segundo esforço no sentido de explicitar a resposta que Platão pretende dar à referida discussão. O que se pôde averiguar nesse sentido é uma tentativa de conciliar não-ser e discurso enquanto um fundamento do dizer da verdade.

PALAVRA-CHAVES: Platão; Crátilo. Linguagem. Não-ser.

ABSTRACT: The Cratylus is often considered one of the first attempts to understand the phenomenon of language from a philosophical perspective. The truth is that the theme of a search for the correction of names was already foreshadowed in thinkers like Prodicus, Protagoras and Gorgias. This article will attempt to analyze these positions in the way they influence Plato's construction in his dialogue, in order to better understand his problematic and final contribution. To this end, an effort will be made to reconstruct the discussion on language up to Plato, highlighting the points that are most interesting to the Cratylus and, later, a second effort will be made to understand the answer that Plato intends to give to that same discussion. What we found in this sense was an attempt to reconcile non-being and discourse as a foundation for truth.

KEYWORDS: Plato. Cratylus. Language. Non-being.

INTRODUÇÃO

Desde muito cedo no desenvolvimento da cultura grega a linguagem veio a representar uma fonte de admiração e questionamentos. Não é de se surpreender que já nos escritos de Homero possam se ver alguns efeitos disto (Jonge, 2010) e, nesse sentido, o diálogo *Crátilo* de Platão, que versa sobre a justeza ou correção dos nomes, pode ser entendido como um ponto culminante da discussão linguística. O objetivo que se propõe com o presente trabalho é precisamente de retrazar o encaixe deste referido diálogo platônico na discussão a respeito da participação do ser no discurso a fim de melhor compreender a sua contribuição. O *Crátilo*, contudo, apresenta uma série de problemas na construção que faz em sua argumentação sobre a linguagem (isto é, ao âmbito da discursividade em geral) e, nesse sentido, o próprio tema do debate requereria uma devida atenção, afinal, o que se quer entender por “correção dos nomes”? A primeira observação que deve ser feita é que ὄνομα para um grego não tem o mesmo sentido que “nome” tem para nós, isto é, apenas o valor de um substantivo (Robinson, 1955, p.222). Muito para além disso, ὄνομα pode significar também adjetivos e verbos, e Platão indica claramente no uso que faz deste termo entendê-lo num sentido bastante lato que não encontra um equivalente exato na língua portuguesa. Com efeito, tal como aponta Bagwell (2010), há numerosas indicações durante a seção etimológica do diálogo de que o nome pode ser compreendido muitas vezes como contendo em si contrações de afirmações ou frases inteiras. Pensando nisso é que se fez uso do termo “discurso” no título dessa pesquisa, uma vez que “nome” não dá conta de traduzir a gama de significado aludido por Platão.

Crátilo, segundo se discutirá à frente, fará sua tese depender diretamente dessa compreensão de nome, uma vez que seu naturalismo implica que a etimologia contenha uma descrição da coisa nomeada. Nisso, começa-se a entrar em outro problema: o que afinal se deve entender por “correção” ou, como é às vezes traduzido,

“justificação” dos nomes? O termo ὀρθότης tem originalmente o significado de postura ereta, mas metaforicamente passou a significar também um estado de justeza ou correção. Platão quando pergunta sobre a ὀρθότητά τινα τῶν ὀνομάτων (383a-b) está perguntando se há um âmbito do discurso (no sentido a que nos referimos acima) que o justifica e o torna, portanto, correto, o que já pressuporia talvez a existência de algum modelo fixo do qual pudesse se afastar. Com efeito, a validade dos nomes será justamente uma via pela qual o tema da unidade e fixidez do conhecimento poderá ser introduzido por Platão, algo que servirá de modo a apontar, ainda que de forma sutil, para a especulação das ideias (Vaz, 2012). *Crátilo*, tal como mencionado acima, faz depender esta correção dos nomes de suas etimologias, enquanto Hermógenes recorre somente à convenção entre os falantes para determinar se o nome está correto, tese esta apelidada de convencionalismo. Sendo assim, o trato que se fará da contribuição do diálogo à discussão sobre a linguagem tem de ser encaminhado de modo a explicitar toda a complexidade na qual está metido ao se propor a investigar esta correção dos nomes. Para tal, foram divididas 3 seções: primeiro buscar-se-á dar o contexto da formação do debate sobre a linguagem em geral na antiga Grécia; em seguida, o problema da participação do ser no discurso será focado e explicitado; e, por fim, discutir-se-á a tentativa de Platão em responder a esta problemática por meio de seu diálogo *Crátilo*.

A EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO SOBRE A LINGUAGEM NO CONTEXTO PLATÔNICO

A gramática, enquanto disciplina antiga, se diferencia muito da forma que atualmente é entendida e seria interessante evidenciar o papel que seu ensino detinha na educação na Atenas de Platão. Toda a divisão sistemática das partes do discurso, como nome, verbo e participio, só será propriamente realizada no tratado de gramática de Dionísio de Trácia, que data do segundo século

antes da nossa era. Se para nós a gramática designa o estudo do conjunto de regras que rege um dado sistema linguístico, Dionísio a definiu como “o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores” (Chapanski, 2003, p.31), isto é, a preparação para a leitura dos grandes autores (principalmente Homero e Hesíodo). Em seu trabalho sobre o nascimento do estudo da gramática na antiga Grécia, Schmidhauser (2010, p.499) aponta que, até o século III A.C. o termo γραμματικός visava expressar alguém versado nas letras, que “sabe como ler e escrever, pode diferenciar entre as vogais, consoantes e semiconsoantes”. O autor indica, ademais, como exemplo deste uso a passagem 431e do *Crátilo* onde se lê:

Crátilo: É certo. Mas tu percebes muito bem, Sócrates, que quando atribuímos aos nomes, de acordo com a gramática (τοις ὀνόμασιν ἀποδιδῶμεν τῇ γραμματικῇ τέχνῃ), as letras a e b, ou qualquer outra letra (καὶ ἕκαστον τῶν στοιχείων), se acrescentarmos ou subtraírmos ou deslocarmos uma, não poderemos dizer que escrevemos o nome, embora incorretamente; não o escrevemos de jeito nenhum, pois o que nessa mesma hora surgiu foi outro nome, uma vez que introduzimos todas aquelas modificações. (431e-432a)

Com efeito, desta passagem se pode observar que a divisão das letras e dos “elementos” (στοιχείων) do discurso é uma atividade que é realizada com a arte da gramática (ou “de acordo com a arte da gramática” como consta na tradução de Carlos Alberto Nunes). Isto, porém, representava o nível mais básico do ensino das letras e que se orientava, em última instância, à leitura dos poetas, uma vez que, tal como aponta Marrou (2017), a vida cultural ateniense se centrava nos “clubes de homens” e nos banquetes. Entendia-se, então, que o menino que ingressava nos estudos devia possuir conhecimentos dos poemas de Homero “se quisesse tornar-se um dia capaz de participar honrosamente dos banquetes e de passar por um homem culto” (Marrou, 2017, p.94). Assim, o ensino das letras não visava apenas uma formação no sentido de

uma habilidade prática, mas incluía a expectativa de uma formação moral espelhada nos valores de excelência física e heroica retratados por estes poetas: “A *Ilíada* e a *Odisseia* eram usadas, nas escolas gregas, como livros didáticos; não da maneira como nós outros fazemos ler aos meninos algumas grandes obras de poesia para educar-lhes o gosto literário; mas sim da maneira como se aprende de cor um catecismo” (Carpeaux, 2012, p.19). Já a partir do século III A.C. a γραμματική passará a ser usada, por extensão, para significar justamente esta capacidade de criticar e comentar os autores como Homero, Heródoto e Píndaro (Schmidhauser 2010, p.499), tal como se depreende da definição de Dionísio de Trácia citada acima.

O cenário do ensino das letras na época de Platão é, portanto, este de transição entre os dois referidos sentidos do termo γραμματικός, em que a autoridade de Homero nas mais diversas discussões já estava muito bem estabelecida. Deve-se notar, porém, que a discussão geral sobre a natureza da linguagem não se reduzia apenas a esses elementos de ensino formal. Tal como aponta Jonge (2010), durante todo o período da antiguidade muitos pensadores e filósofos se interessaram pela questão da origem dos nomes e das etimologias. De fato, já nos poetas se encontra alguns apontamentos neste sentido, e o próprio *Crátilo* (391e) dá testemunho de uma divisão reconhecida em Homero entre nomes ditos humanos e divinos ao abordar uma passagem da *Ilíada* sobre um rio “que os deuses Xanto nomeiam, e os homens mortais Escamandro”. Ainda nessa linha, Jonge também indica que já nos fragmentos dos filósofos pré-socráticos se encontravam sinais de desconforto com a “inadequação” de nomes habituais e a suposição de que estes nomes, no mais das vezes, mostram-se incapazes de atingir a realidade. “Assim, para Heráclito, o nome de Zeus, tradicionalmente associado a ‘vivente’ (ζῆν), captura apenas um dos dois opostos que, na realidade, são um (DK 22B32)” (Jonge, 2010, p.487). O autor vê nestes desenvolvimentos o surgimento de uma consciência da diferença de perspectivas que podem se apresentar na origem de um dado

nome e “o reconhecimento de que há um sujeito que interpreta envolvido no ato de dar nomes”, abrindo caminho, assim, “para a crítica dos nomes incorretos, tal como se vê na afirmação de Xenófanes de que o arco-íris é erroneamente chamado de ἶρις (DK 21B32)” (Jonge, 2010, p.487). Assim, a questão sobre a origem dos nomes abre espaço para a pergunta sobre a correção dos nomes que será, tal como visto, o tema principal do *Crátilo*.

Sócrates: Hermógenes, filho de Hipónico, diz o antigo provérbio que as coisas belas são difíceis de aprender; o conhecimento dos nomes não é negócio de importância somenos. Se eu tivesse podido ouvir a aula de Pródico, suficiente, por si só, como ele afirma, para deixar os ouvintes completos nessa matéria, nada te impediria agora de ficares sabendo a verdade sobre a exatidão dos nomes (τὴν ἀλήθειαν περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος). Porém não a ouvi; estive apenas na de uma dracma, não me encontrando, por isso mesmo, em condições de conhecer essa questão. (384a-c)

É interessante ressaltar, quanto a esse ponto, que os sofistas foram grandes contribuidores à discussão sobre a linguagem e, em especial, vê-se mencionado no trecho acima Pródico de Ceos. Com efeito, Schmidhauser (2010) nota que, no quinto e quarto século antes da nossa era, pela primeira vez uma variedade de fenômenos linguísticos começou a ser identificada e rotulada, o próprio Aristóteles, em sua *Retórica* (1407b6), afirma ter sido Protágoras quem por primeiro “dividiu os tipos de nomes: masculino (ἄρρενα), feminino (θήλεα) e inanimado (σκεύη)”. Não é de se espantar que de alguns âmbitos da sofística tenha surgido um tão forte interesse pela questão da linguagem, uma vez que o primeiro aspecto de sua formação, segundo relata Marrou (2017), era o de ensinar a vencer toda discussão possível. O referido Protágoras foi de grande importância nesse sentido por ter sustentado que a respeito de toda questão é possível aduzir argumentos em favor e em contrário, algo que contribui ao desenvolvimento de uma perspectiva da “onipotência da palavra” que encontra sua versão mais definitiva

em Górgias (Reale, 2013, p.51). De fato, foi este mesmo Górgias que em um de seus mais célebres fragmentos negou a relação entre palavras e coisas dizendo que: “nada existe. Se existisse, não poderia ser conhecido. Se existisse e pudesse ser conhecido, não poderia ser comunicado” (DK82B3). A consequência deste argumento, segundo faz notar Jonge (2010, p.489), é que o papel da linguagem é reduzido ao de uma “varinha mágica” que pode ser usada como bem entender o orador para impressionar e manipular sua audiência.

Górgias e Protágoras, contudo, quando apresentados nos diálogos de Platão, tendem a aparecer sob uma ótica de oposição, tendo a cada um desses dois sido dedicado um diálogo próprio para debater algumas de suas ideias. No próprio *Crátilo* algumas opiniões de Protágoras só são mencionadas para serem, logo em seguida, rejeitadas (“já me aconteceu Sócrates, algumas vezes, em minha perplexidade, ser levado a adotar a opinião de Protágoras. Contudo, não me parece que seja muito certa”, 386a). Pródico, porém, parece não ser colocado sob a mesma luz, isto porque Sócrates o menciona mais de uma vez (inclusive no trecho 384a-c exposto acima), ainda que de forma irônica, como tendo sido seu mestre (também em *Protágoras*, 341a; *Ménon*, 96d; *Cármides*, 163d). De fato, Pródico foi um mestre da arte de fazer discursos, mas, em oposição aos dois sofistas supracitados, enfatizava seus ensinamentos com base na distinção dos vários sinônimos e a precisão das nuances de significado. Lê-se, por exemplo, no diálogo *Eutídemo* (277e): “em primeiro lugar, como diz Pródico, tens que aprender o correto emprego das palavras (περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος μαθεῖν δεῖ)”. Esta expressão que costumeiramente é traduzida pelo “correto emprego dos nomes” na fala de Sócrates é, na realidade, bem familiar ao *Crátilo*, reaparecendo, porém, como a tradução de “a correção dos nomes” (περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος, tal como visto aparecer no trecho 384a-c).

Assim, o logos, depois de ter experimentado a possibilidade de dividir-se em razões opostas

com Protágoras, e depois de ter reconhecido em si uma onipotente capacidade de persuasão com Górgias, descobre agora as inumeráveis nuances com as quais se podem dizer as coisas e, portanto, a propriedade da palavra e da linguagem. (Reale, 2013, p.55)

Seria, contudo, acertado dizer que esta correção dos nomes carrega o mesmo significado para Platão e para Pródico? Certamente, a confissão de que Sócrates só pudera assistir a aula de uma dracma (384c) já é um forte indício de que não. Quanto a este ponto, Ademollo diz que esta afirmação de Sócrates de que irá levar em consideração as posições de Pródico, “provavelmente cumpre a função de deixar claro que, a despeito do rótulo comum de ‘correção dos nomes’, o problema discutido aqui é diferente daquele abordado por Pródico” (Ademollo, 2011, p.28). De fato, a correção dos nomes à qual alude esse sofista se baseia exclusivamente, como visto, numa distinção semântica entre sinônimos, podendo, inclusive, recorrer à etimologia do nome como suporte, tal como se depreende do trecho 337c do *Protágoras*, no qual figura como personagem: “ao passo que só sente prazer (ἡδεσθαι) quem come (ἐσθίοντά) ou recebe por intermédio do corpo qualquer sensação agradável (ἡδὺν πάσχοντα αὐτῷ τῷ σώματι)”. Todavia, a correção do nome para Platão se apoia na compreensão de que, de alguma forma, o nome tem de funcionar como indicador de um objeto, isto é, de uma realidade extralinguística: “que é que te repugna: ser o nome a representação do objeto (δῆλωμα τοῦ πράγματος)?” (*Crátilo*, 433d). Isto pode se dar, como se verá melhor na seção seguinte, por meio de uma relação natural ou convencional entre nome e coisa, mas a relação mesma parece ser um pressuposto (Ademollo, 2011).

Sócrates: Muito bem. Responda-me, agora, ao seguinte: admites que se possa dizer a verdade ou mentir (ἀληθῆ λέγειν καὶ ψευδῆ)?

Hermógenes: Admito.

Sócrates: Sendo assim, a fala que se refere às coisas como elas são, é verdadeira (τὰ ὄντα λέγει ὡς ἔστιν, ἀληθής), vindo a ser falsa quando in-

dica o que elas não são (ὡς οὐκ ἔστιν, ψευδής).

Hermógenes: É isso mesmo.

Sócrates: Logo, é possível dizer por meio da palavra o que é e o que não é (ἔστιν ἄρα τοῦτο, λόγῳ λέγειν τὰ ὄντα τε καὶ μὴ). (*Crátilo*, 385b)

Por essa via, Platão pôde, então, introduzir o tema da verdade e da falsidade no nome. O termo nome, no entanto, deve ser entendido no sentido aludido por Bagwell (2010), isto é, como podendo conter em sua formação etimológica contrações de afirmações e frases inteiras, explicando, assim, de que forma poderiam possuir valor de verdade. Essa temática é completamente estranha à ideia de correção dos nomes defendida por Pródico, uma vez que este considerava apenas o nome enquanto significa uma determinada nuance de sentido, e nisto colocava toda sua correção. Desta forma, vê-se como o contexto imediato da escrita do *Crátilo* já havia encaminhado à colocação das questões principais que serão abordadas no diálogo. De fato, a preocupação com os limites dos nomes e da relação entre palavras e coisas já vinha tomando espaço nas discussões atenienses e não é de impressionar que Platão tenha tomado interesse nelas. A sua explicitação, apresentada no trecho acima, de que é possível dizer com o discurso tanto as coisas que são quanto as que não são (λόγῳ λέγειν τὰ ὄντα τε καὶ μὴ) parece, no entanto, ser uma contribuição própria de seu pensamento. De fato, a possibilidade de dizer as coisas que não são era, já naquela época, matéria de muita controvérsia e Platão buscará, tal como se verá, fundamentar esta visão ao longo do diálogo, tendo de enfrentar dois opositores que, partindo de fundamentações filosóficas diferentes, terminam por negar a justamente esta relação entre discurso e não-ser. Sendo assim, antes que se proceda ao *Crátilo*, será assaz importante entender esta controvérsia do ser e do não-ser com relação ao discurso.

O LUGAR DO SER NO DISCURSO

Nesta curta exposição feita acima sobre o desenvolvimento das discussões sobre a linguagem

anteriores a Platão, referiu-se à famosa citação de Górgias sobre a incomunicabilidade do ser no discurso (DK82B3). Agora, porém, será necessário deter-se um pouco na argumentação deste pensador para perceber, não apenas o que estava por trás desta afirmação, mas também as consequências de seu pensamento. Tal como se depreende dos fragmentos que foram legados por Sexto Empírico em *Contra os Matemáticos* (VII, 83), Górgias fundava a referida crítica na incomunicabilidade dos sentidos: “os corpos visíveis são no mais alto ponto diferentes das palavras. Pois o meio pelo qual se apreende o visível é no mais alto ponto diferente daquele pelo qual se apreende as palavras”. A conclusão deste raciocínio é que o discurso deve ser incapaz de relevar as coisas das quais se presta a versar, porque tem de se diferenciar delas para se constituir enquanto um ser discursivo: “o discurso não é aquilo sobre o que ele versa e o que é; portanto, não é o que comunicamos aos outros, mas o discurso, que é diferente daquilo sobre o que ele versa” (*Contra os Matemáticos*, VII, 84). O que está implicado neste pensamento é que o discurso, por ser um ser próprio e distinto de qualquer outro que vise exprimir, só é capaz de revelar o seu próprio ser e nunca o ser das outras coisas. Em outras palavras, o discurso é concebido como um sistema fechado que “não nos reenvia a nada além dele mesmo” (Aubenque, 2012, p.102).

É desta completa separação entre as palavras e as coisas que termina por proclamar a completa autonomia do discurso a que se fez referência no subcapítulo anterior. Com efeito, tendo o discurso sido privado de seu acesso ao ser, resta-lhe apenas, enquanto conteúdo, os seus efeitos práticos como sugestões, persuasões e crenças, e é disso que Górgias fará depender a sua retórica (Reale, 2013). Torna-se mais fácil de compreender o uso que Platão, em alguns de seus diálogos, faz da personagem de Górgias. Impingindo sobre ela a afirmação de que, por meio da arte da persuasão, poderia falar e convencer os outros a respeito de tudo e, inclusive, superar até mesmo os especialistas em suas áreas:

Górgias: Que é, de fato, o maior bem, Sócrates, e a causa não apenas de deixar livres os homens em suas próprias pessoas, como também de torná-los aptos para dominar os outros em suas respectivas cidades.

Sócrates: Que queres dizer com isso?

Górgias: O fato de por meio da palavra poderem convencer os juizes no tribunal, os senadores no conselho e os cidadãos nas assembleias ou em toda e qualquer reunião política. Com semelhante poder, farás do médico teu escravo, e do pedótriba teu escravo, tornando-se manifesto que o tal economista não acumula riqueza para si próprio, mas para ti, que sabes falar e convencer as multidões. (*Górgias*, 452d-e)

O trecho acima citado é particularmente forte no sentido de mostrar, não apenas a superioridade da retórica enquanto produtora do maior bem, mas a sua supremacia em relação às outras artes, uma vez que, na prática, é capaz de fazê-las de escravas convertendo seus bens para si. Todavia, para que isto se faça o ser do discurso, que, tal como visto, se diferencia do ser das coisas, terá de algum modo de se fazer passar pelo ser das coisas a fim de, partindo desta aparência, gerar esta potência de persuasão universal atribuída à retórica. De fato, seguindo a análise de Aubenque (2012, p.104), “se o discurso não remete a nada além dele mesmo, é forçoso estabelecer uma relação ao menos extrínseca entre a palavra e a coisa à qual se quer fazer correspondência”. Assim, segundo o mesmo autor, é precisamente esta relação de aparência que tomará a forma de uma convenção entre os homens na argumentação de Hermógenes no *Crátilo*, algo que se abordará mais profundamente na próxima seção. Por ora, basta a observação de como esta temática da autonomia do discurso prepara um dos argumentos que Platão terá de tratar em sua obra. É importante notar também que essa visão que, de algum modo, contrapunha ser de coisa e ser do discurso é frontalmente oposta pelo pensamento de outros sofistas, como por exemplo Antístenes que, tal como relata Aristóteles, “considerava, de maneira simplista, que de cada coisa só se podia afirmar sua própria noção, uma noção única de uma

coisa única; do que deduziu que não é possível a contradição” (*Metafísica*, Δ, 29, 1024 b 32-33). Em outras palavras, Antístenes afirmava uma unidade entre o ser da coisa e do ser do discurso de modo que nada se pudesse dizer sobre uma coisa a não ser a reafirmação do seu próprio ser único.

São, portanto, claras as razões do nominalismo antistênico: “o princípio da instrução — dizia ele — é a pesquisa dos nomes”. (...) A coisa individual é expressa pelo seu nome próprio e, portanto, não se lhe pode atribuir outro nome além daquele que lhe é próprio: por exemplo, poder-se-á dizer que *o homem é homem*, ou que *o bom é bom*, mas não que *o homem é bom*. Cai, portanto, a possibilidade de conjugar termos diferentes, ou seja, a possibilidade de formular juízos que não sejam tautológicos. (Reale, 2013, p.169-170)

Compare-se estas observações com a fala de Hermógenes no início do diálogo sobre a posição de Crátilo a respeito dos nomes:

Hermógenes: Sócrates, o nosso Crátilo sustenta que cada coisa tem por natureza um nome apropriado (ὀνόματος ὀρθότητα εἶναι ἐκάστω τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν) e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, com designá-las por determinadas vozes de sua língua, mas que, por natureza, há uma correção inerente aos nomes, **a mesma para todos** (τὴν αὐτὴν ἅπασιν), tanto entre os Helenos como entre os bárbaros em geral. (383a-b)

Os paralelos entre a doutrina de Antístenes e de Crátilo são bastante interessantes, os dois supõem a existência de um único correto emprego dos nomes (ὀνόματος ὀρθότητα), que é auferido por uma ligação imutável com o ser da coisa nomeada. Crátilo, contudo, não encaminha isto no sentido da afirmação da tautologia como única significação viável, porém, tal como Antístenes, chega a negar a possibilidade da contradição. Com efeito, como se verá mais adiante, o nomear para Crátilo tem de ser feito de forma correta ou não terá sido feito em absoluto: “de que modo, Sócrates, dizendo alguém o que diz, poderá não

dizer o que é? Dizer algo falso não será dizer o que não é?” (429d). Não sendo possível dizer “o que não é”, deduz-se a impossibilidade de se dizer o falso e, portanto, de se contradizer. Disto já se pode observar mais claramente como os argumentos do *Crátilo* refletem as discussões sobre a linguagem da época de Platão. Mais ainda, as duas posições que estão em disputa, tal como se pôde notar na análise acima, parecem concordar sobre a impossibilidade de que o discurso seja diferente do ser (isto é, um tipo de não-ser). De fato, “as teses aparentemente divergentes de Górgias e de Antístenes ou de Hermógenes e Crátilo repousam sobre um princípio comum, que é a aderência total da palavra e do ser” (Aubenque, 2012, p.104).

Assim, é esta afirmação da aderência total da palavra ao ser o que termina por implicar ou na negação da verdade no discurso, tal como visto na posição de Górgias, ou, pelo menos, na negação da falsidade, segundo a posição de Crátilo. De fato, este dialogante propunha, não somente que a correção do nome é a condição mesma para que este nome seja um nome (429d-e), mas também que esta correção deveria ser reveladora da natureza da própria coisa nomeada (383a-b, ὀνόματος ὀρθότητα εἶναι ἐκάστω τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν). Isto é, conhecendo o nome de algo, conhece-se *ipso facto* algum aspecto da natureza desse algo, consequência que Platão rejeitará apelando, tal como se verá, à necessidade de conhecer as coisas por elas mesmas: “não é por meio de seus nomes que devemos procurar conhecer ou estudar as coisas, mas, de preferência, por meio delas próprias” (429b). Para que se mantenha algum tipo de verdade nos nomes (ainda aqui entendidos de forma lata, tal como se apontou anteriormente) sem que, por isso, se implique uma absoluta identidade entre correção do nome e verdade, será necessário afirmar que “a verdade da linguagem é uma verdade parcial e relativa” (Diès, 1909, p.103), e, portanto, será necessário introduzir o não-ser no nome, hipótese até então desacreditada. A possibilidade mesma da realização desta empreitada depende de uma reformulação do conceito de ser e não-ser que

se afaste do absolutismo eleata presente na posição de Crátilo, algo que ultrapassa os limites do *Crátilo*, uma vez que só se encontrará realmente realizado nos diálogos posteriores.

Assim, entre dois modos de conhecimento, *ek tés eikónos manthánein* (*Crátilo* 439a), e *ek tés aleteías* (ibid. 439b), este certamente deve ser preferido e as coisas devem ser investigadas para além dos nomes. Todavia, para que se dê um verdadeiro conhecimento das coisas, é preciso, antes de tudo, abandonar a opinião daqueles que emprestaram a Crátilo a sua doutrina dos nomes (...). Para tornar possível aquele conhecimento “com base na verdade”, Sócrates anuncia, contra eles, a hipótese das ideias como algo que frequentemente lhe advinha em sonho (*hò égoge pollákis oneiróto: Crátilo* 439c). (Vaz, 2012, p.64)

Com efeito, segundo aponta Lima Vaz (2012), a hipótese das ideias não chega a ser propriamente formulada no *Crátilo*, porém o final da discussão deixa aparecer que são estas “realidades em si” que podem solucionar o problema do ser e do não-ser no discurso: “reflete, meu admirável Crátilo, se existe o belo e o bom em si, e, nas mesmas condições, qualquer coisa particular, ou não?” (439c-d). Além da propriedade de existirem em si, as ideias já são propostas no *Crátilo* enquanto imutáveis: “o belo, o bem e todas as demais coisas, não me parece que tudo que há pouco se referiu tenha qualquer semelhança com o fluxo ou o movimento” (440b). A este ser em si e imutável das ideias do belo e do bom é atribuído, ademais, a possibilidade do conhecimento: “nem seria mesmo razoável afirmar, Crátilo, a possibilidade do conhecimento, se todas as coisas se transformam e nada permanece fixo” (440a). Neste ponto, já se está mais capacitado a discernir a contribuição de Platão ao problema do não-ser no discurso, “o que é especificamente platônico não é a necessidade da estabilidade, mas a hipótese de um Ser absolutamente imutável como fonte para toda estrutura durável do Vir-a-ser” (Kahn, 2018, p.75). Assim, segundo visto, Platão nega a aderência total do nome ao Ser, sem com isso negar que haja um tipo de relação imitativa entre o ser do nome e o

Ser imutável do conhecimento: “essa espécie de atribuição, camarada, das duas imitações, tanto a das imagens quanto a das palavras, é o que eu considero certa, e a das palavras além de certa, verdadeira” (430d). Como a teoria das ideias não é o foco efetivo do *Crátilo*, basta aos interesses deste artigo defini-las enquanto seres em si e imutáveis, condição mesma do conhecimento e do discurso.

A CONTRIBUIÇÃO DO CRÁTILLO

Tendo realizado a discussão do contexto da investigação sobre ser e discurso que prepara a entrada de Platão com respeito à filosofia da linguagem, propõe-se agora entrar propriamente na tentativa deste filósofo de apresentar suas contribuições próprias e isto principalmente com uma análise da posição de Sócrates frente ao debate sobre a correção dos nomes que é tema do *Crátilo*. De fato, já se pôde notar como este diálogo está inundado de indicações que remetem ao contexto indicado acima, a começar pela posição dos dialogantes. Hermógenes, tal como Górgias, segundo visto, elabora em sua perspectiva uma aderência total da palavra ao ser, remetendo a validade do nome para um âmbito convencional. Isto é, deve-se admitir que haja correção e justeza no nome conquanto haja um acordo entre os falantes em utilizá-lo (384c-e).

Hermógenes: Eu pelo menos, Sócrates, não conheço outra maneira de denominar com acerto as coisas, a não ser a seguinte: posso designar qualquer coisa pelo nome que me aprouver dar-lhe, e tu, por outro nome que lhe atribuíres. O mesmo vejo passar-se nas cidades, conferindo por vezes cada uma aos mesmos objetos nomes diferentes, que variam de Heleno para Heleno, como dos Helenos para os bárbaros. (385d)

Contra isto Sócrates buscou remeter à compreensão do nomear como uma arte que, por consequência, não pode se orientar por uma mera arbitrariedade do sujeito, devendo sim envolver alguma técnica e que implicaria em um artesanato apropriado. A esta figura do artesão dos nomes foi

atribuído o título de “legislador” (389a) e, dentro da perspectiva de Crátilo, marcada pela concepção do nome enquanto descrição, seria o responsável por dar verdade aos nomes. Assim, o naturalismo que começa a ser delineado no diálogo tende a ver os nomes, uma vez que foram ajustados por este artesão, como contendo em si mesmos já toda a verdade do discurso. Isto, contudo, termina por implicar a impossibilidade de que haja o falso (438c), algo que é inaceitável se se quer admitir a possibilidade da investigação filosófica. Sócrates, então, para evitar essa conclusão, tem de encaminhar a sua compreensão da justificação dos nomes de modo a não a considerar como sendo nem totalmente arbitrária, tal como o convencionalismo de Hermógenes, nem totalmente ajustada, como o naturalismo de Crátilo. A posição que Sócrates começa a construir acerca do fenômeno discursivo visa levar em conta suas falhas, mas também suas máximas potencialidades. Esta análise vai de encontro com as considerações de Friedländer (1964, p.208-209) quando disse que o *Crátilo* apresenta um “esforço progressivo que, caminhando entre a profundidade e o absurdo, visa tornar clara a tendência que as palavras têm em buscar as coisas mesmas, isto é, de direcioná-las ao reino do Ser”. Para que chegar lá, porém, será necessário resolver o embaraço apontado acima: a impossibilidade de dizer o falso.

Sócrates neste ponto evitará atacar o argumento de forma direta, dizendo-se incapaz de resolver a problemática da falsidade (429d-e), sustentada tão veementemente por seu adversário. Em verdade a questão só virá a ser totalmente apurada e sanada no diálogo *Sofista* e, de acordo com alguns comentadores, isto pode ter se devido ao fato de o próprio Platão ainda ter dificuldades, neste momento, em refutar a falácia apresentada (Ademollo, 2011). Seja como for, Sócrates adota a estratégia de demonstrar a real proporção da visão que Crátilo está propondo, enfatizando que este não está meramente negando a classificação de um fenômeno como sendo “dizer um nome falso”, mas a própria possibilidade do erro e da falsidade. Assim, o primeiro argumento apresentado, como

se vê no trecho acima, é o de que no âmbito da pintura possa haver boas e más representações (429a6–b2), e quanto a isso não haverá objeção uma vez que os dois admitem que a qualidade da pintura dependa largamente da habilidade do pintor. Isto poderia parecer implicar que tal também fosse o caso para todas as demais artes, porém Crátilo declara ser o nomear uma exceção, dado que ele não concebe, conforme vimos anteriormente, que os verdadeiros nomeadores variem em suas habilidades de nomear. Mais do que isso, ele declara que nomes ruins (ou nomes mal atribuídos) não são nomes de maneira alguma.

Sócrates: Pelo que se vê, não admites também, que em relação aos nomes uns tenham sido atribuídos com mais propriedade do que outros?

Crátilo: De forma alguma.

Sócrates: Nesse caso todos os nomes foram aplicados com acerto?

Crátilo: Uma vez que são nomes... (429b)

Estas visões implicam, tal como nota Bagwell (2010), uma visão infalível do legislador, algo que se associa com a posição mística e bastante popular que se tinha a respeito dos nomes na antiga teologia grega (Santos, 2006). Crátilo não tem dificuldade, contudo, em admitir que os nomes sejam, ainda sim, algum tipo de imitação (“e também aceitas que o nome seja uma certa imitação da coisa?” 430a). Sócrates terá, portanto, de encaminhar seu argumento por algum outro sentido deixando claro que os nomes não possam estar tão ajustados de modo a deixarem de ser imitações, ainda que sejam de origem divina, uma vez que estas devem sempre distinguir-se da coisa imitada e, portanto, conter alguma imperfeição. Aqui é interessante notar com Bagwell (2010) que se todos os nomes fossem de fato iguais quanto à origem e adequação, podendo apenas haver nomes naturalmente ajustados e não-nomes naturalmente desajustados, isto implicaria em não haver a necessidade da supervisão do dialético, indicada em um passo anterior do diálogo (390c). Isto, contudo, será contradito pela visão

que Crátilo apresentará logo na sequência ao afirmar que “quem tem a consciência dos nomes também vai ter a consciência das coisas” (435d). Aqui se chega a um ponto crucial do diálogo, nomeadamente a relação que pode haver entre nome e conhecimento. Com efeito, a possibilidade do discurso pareceria estar de algum modo implicada em uma abertura para a realidade das ideias, tal como começou-se a indicar na seção anterior, uma vez que sem elas não haveria a fixidez necessária para que se conheça e se discuta.

Ora, esta abertura ao campo do inteligível que está presente no discurso não poderia ser ela mesma matéria de convenção em hipótese alguma, uma vez que submeteria uma realidade divina (as ideias) a uma realidade humana (a convenção), mas também não poderia ser de tal forma que viesse a determinar o discurso totalmente, chegando-se à negação da possibilidade mesma do erro. Neste sentido, a interpretação que fazem Proclo e Alcino aparenta condizer muito bem com o desenvolvimento da posição socrática tal como analisou, posto que admitem um concurso entre natureza e convenção que se exprime na atividade mesma do dizer. Alcino em sua *Exposição das Doutrinas de Platão* explica esta posição da seguinte forma: “a justeza dos nomes é questão de convenção, isto, porém, não de forma absoluta, nem de outra qualquer, mas de maneira que a imposição do nome siga a natureza da coisa”. Neste sentido, nem a convenção arbitrária nem a ação da natureza dão conta da verdadeira compreensão do nome, mas uma junção das duas coisas que se expressa na adequação do discurso à natureza das coisas nomeadas. Ademais, na interpretação de Proclo somos levados a considerar que os nomes que dizem respeito às realidades mutáveis devem depender em maior grau da convenção como um “meio vulgar de justificação” (ἀναγκαῖον δὲ ἢ καὶ τῷ φορτικῷ τούτῳ προσχρησθαι, τῇ συνθήκῃ, εἰς ὀνομάτων ὀρθότητα, 435c), enquanto os nomes das realidades imutáveis devem depender mais da imitação direta. Todos os nomes, contudo, participam das duas formas de justificação:

Que inclusive os nomes nos quais domina o que é por natureza participam do que é por convenção, e os que são por convenção participam também do que é por natureza; e por isso todos os nomes são por natureza e todos por convenção, e não uns por natureza e outros por convenção. (Proclo, *Comentário ao Crátilo*, XII)

A forma da justificação por natureza é, todavia, passada para a ideia do nome (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος, 390a). Com efeito, o nome por natureza, segundo Sócrates em 389d, deve ser “apropriado para cada objeto” e, assim, remeter de alguma forma à natureza que lhe é própria (καὶ τὸ ἐκάστῳ φύσει πεφυκὸς ὄνομα τὸν νομοθέτην ἐκεῖνον εἰς τοὺς φθόγγους καὶ τὰς συλλαβὰς δεῖ ἐπίστασθαι τιθέναι), esta é a potência mesma do nome em comunicar um mesmo referente, segundo indica Ackrill (1999). Assim, a ideia do nome (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος) poderia ser entendido como uma realidade que intermedeia entre a natureza própria dos objetos (que posteriormente será identificada com as ideias enquanto estas formam a base de todo conhecimento, segundo apontamos no primeiro capítulo) e a sua materialização fonética. Contudo, seria de se supor que se a unidade potencial do nome não for correspondida com um referente que seja ele mesmo uno, o ato de comunicar terá apenas uma unidade aparente. Se, contudo, essa correspondência for confirmada, então a verdade será reestabelecida como uma possibilidade.

Como, porém, haveria unidade real naquilo que está em fluxo contínuo? É partindo desta necessidade de um plano de fixidez, tal como já se tinha apontado anteriormente, que se pode dizer que a teoria dos nomes em Platão realiza um prenúncio da teoria das ideias (Licata, 2002). Em outras palavras, a discursividade só será plenamente justificada se pudermos transpô-la para um âmbito de uma realidade ideal, onde a promessa de uma investigação das coisas por elas mesmas ganharia um novo sentido. Sedley (2006) aparenta concordar com isso uma vez que afirma a necessidade da teoria da reminiscência para que se complete o panorama linguístico platônico. Deste modo, pode-se dizer que a contribuição de Platão

à discussão sobre o ser do discurso é a admissão de dois planos para os nomes. O primeiro plano faz parte da convenção uma vez que o ser material do discurso, isto é, os sons e fonemas que compõe a língua se distinguem totalmente do ser da coisa referenciada. Não obstante, o segundo plano readmite de alguma forma a natureza da coisa referida, uma vez que remete ao significado e o significado depende de uma apreensão de algo fixo. O nomear é, assim, não-ser e ser de modo a permitir que o dialético escale de um plano ao outro a fim de contemplar a realidade ideal e conhecer a verdade.

O problema central será o de quais são as consequências para uma teoria da correção do nome se os nomes estiverem corretos em um sentido, porém incorretos em outros. Este é o momento certo para lembrar que a discussão preliminar de Sócrates sobre os nomes próprios poéticos já construiu em sua teoria o reconhecimento de que alguns nomes são ‘mais corretos’ que outros (392d8-9), o que pode ser entendido no sentido de implicar que os nomes menos corretos incorporam algum nível de incorreção. (Sedley, 2003, p.136)

O falso, porém, também detém um lugar nesta visão, diferentemente da posição de Hermógenes e Crátilo, uma vez que a ideia do nome não é capaz de dar conta de todo o fenômeno linguístico. A matéria do nome nunca poderia perfeitamente imitar a ideia do nome, sob perigo de se cair no paradoxo apontado no diálogo de que não mais houvesse diferença entre imitação e imitado (432c). O nome viria a ser, assim, a própria coisa referida e isto é impossível. Dessa forma, o não-ser do discurso passa a ser entendido justamente como esta defasagem natural que tem de existir entre os dois planos do nomear. O ser do discurso, contudo, não é mais tal que seja considerado fechado em si mesmo, seja na forma de uma convenção ou de uma natureza perfeitamente ordenada por um nomeador divino. O ser do discurso é, segundo apontava Ackrill (1994), uma potência de unificação, permitindo que o falante reconheça

o verdadeiro ser que, posteriormente em outros diálogos, será indicado na teoria das ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a contribuição de Platão à discussão sobre a participação do ser e do não-ser no discurso no diálogo *Crátilo*. De início, pôde-se observar como o contexto imediato à sua escrita já como que preparava para o tema de uma justificação dos nomes. Com efeito, as posições que Platão prefere no debate podem ser retraçadas a opiniões de pensadores como Górgias, Pródico e Antístenes, segundo observado. Não obstante, notou-se como estas opiniões ainda encaminhavam a problemas aparentemente insolúveis quanto à presença do não-ser no discurso, uma vez que negavam ser esta presença possível, acarretando, por diferentes vias, na impossibilidade de dizer o falso, tema muito explorado no *Crátilo*. É nesse ponto que a posição que Platão busca construir mostra-se verdadeiramente inovadora em sua tentativa de conciliar não-ser e discurso e isto se dá, segundo se constatou, pela admissão de dois planos do nome: um para a natureza outro para a convenção. Em seu plano convencional o nomear admite mudanças e, portanto, algum nível de defeito com relação ao seu ser natural que é indicado pela ideia do nome (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος). Esta disparidade entre os dois planos é que permite se falar em um não-ser discursivo reabilitando, assim, a existência do falso e, por consequência, do verdadeiro, uma vez que estes dois não se justificavam de forma alguma na posição de Hermógenes e de Crátilo. Ademais, o estabelecimento de dois planos para o nome permite que Platão aloque para o plano da natureza as primeiras indicações de uma realidade ideal que será mais bem explicitada em diálogos posteriores, fazendo do *Crátilo* uma preparação para a colocação das ideias como fundamento do discurso.

NOTA

1. Mestrando em filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) com apoio financeiro da CAPES. E-mail: cassiomr123@gmail.com

REFERÊNCIAS

ACKRILL, J. L.. *Language and Reality in Plato's Cratylus*. Publicado originalmente em *Studi di Filosofia Antica*, 1994.

ADEMOLLO, F. *The Cratylus of Plato: a commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ALCINO, *Enseignement des doctrines de Platon*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

ARISTOTLE. *Metafísica*: Volume II. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

_____. *Retórica*. Trad. Antonio Tovar. Madrid: Instituto de Estudios Politicos, 1971.

AUBENQUE, P. *O Problema do Ser em Aristóteles*. São Paulo: Paulos, 2012.

BAGWELL, G. S. *A Study of Plato's Cratylus*. Duquesne University 2010, p. 161. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/etd> Acesso em: 02 de jan. de 2019.

CARPEAUX, O. M. *A Literatura Greco-Latina por Carpeaux: Dos gregos e romanos ao primeiro século do cristianismo*. Rio de Janeiro: LeYa, 2012.

CHAPANSKI, G. *Uma Tradução da Tekhne Grammatike, de Dionísio Trácio, para o Português*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2003.

DEMOS, R. *Plato's Philosophy of Language*, The Journal of Philosophy Vol. 61, no. 20. Journal of Philosophy, Inc, 1964.

DIELS, H. & KRANZ, W. *Die Fragmente der Vorsokratiker*, 3 Bände. Zürich: Weidmann, 1996.

DIES, A. *La Définition de l'Être et la Nature des Idées dans le Sophiste de Platon*. Paris : Félix Alcan, 1909.

EMPÍRICO, S. *Against the Logicians*. Trad. Richard Bett. New York: Cambridge University Press, 2005.

FRIEDLÄNDER, P. *Plato, 2: The Dialogues, First Period*. Trad: Hans Meyerhoff. New York: Pantheon Books, 1964.

JONGE, C. C., OPHUIJSEN J. M. Greek Philosophers on Language. In: *A Companion to the Ancient Greek Language*. Blackwell Publishing Ltd, 2010, p.485-98.

KAHN, C. H. *Platão e o diálogo pós-socrático: o retorno à filosofia da natureza*. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

LICATA, G. *Teoria dei nomi e teoria delle idee in Platone*. Dialegethai. Rivista telematica di filosofia [in linea], 2002. Disponível em: <<http://mondodomani.org/dialegethai/gl01.htm>> Acesso em: 18 de nov. de 2018.

MONTENEGRO, M. A. de P. Linguagem e Conhecimento no Crátilo de Platão. In: *Revista Kriterion*. nº 116, Dez/2007. Belo Horizonte, p. 367-77.

- MARROU, H. I. *História da Educação na Antiguidade*. Campinas: Kírion, 2017.
- PLATÃO. *Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes, Séries: *Platão Diálogos*, Belém: Editora Universitária UFPA, 3ª Edição Revisada, 2001.
- _____. *O Sofista*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Salvador: UFB, 2003
- _____. *Protágoras de Platão*. Trad. Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- PROCLO. *Lecturas del Crátilo de Platón*. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 1999.
- REALE, G. *Para uma Nova Interpretação de Platão*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *História da Filosofia Grega e Romana*, Vol II: Sofistas, Sócrates e os socráticos menores. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- REEVE, C. D. C. *Plato, Cratylus*. Indianapolis and Cambridge: Hackett, 1998.
- ROBINSON, R. The Theory of Names in Plato's Cratylus. In: *Revue Internationale de Philosophie*. Vol. 9, N. 32. Bruxelas, 1955, p.221-36.
- SANTOS, M. C. A. dos. A Origem dos Nomes Segundo Platão. Em: *Boletim do CPA, Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*. nº20/21. Campinas: Unicamp, 2006, p.149-66.
- SEDLEY, D. Plato on Language. In: *A Companion to Plato* (Ed. Hugh H. Benson), Oxford: Blackwell Publishing, 2006, pp. 214-27.
- _____. *Plato's Cratylus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SCHMIDHAUSER, A. The Birth of Grammar in Greece. In: *A Companion to the Ancient Greek Language*. Blackwell Publishing Ltd, 2010, p.499-511.
- SCHOFIELD, M. A Displacement in the Text of the Cratylus. In: *The Classical Quarterly*. Vol. 22, n. 2, 1972, p.246-53.
- VAZ, H. C. de L. *Contemplação e dialética nos diálogos platônicos*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- XENOFONTE . *Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.